



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

Bruna Luísa Aragão Gomes

**MATERIAL EDUCATIVO EM FOCO: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA RELAÇÃO ENTRE MUSEU E EDUCAÇÃO.**

Brasília, DF
2018

Bruna Luísa Aragão Gomes

**MATERIAL EDUCATIVO EM FOCO: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA RELAÇÃO ENTRE MUSEU E EDUCAÇÃO.**

Monografia apresentada como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

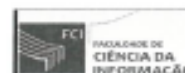
Orientador: Dra. Ana Lúcia de Abreu
Gomes

Brasília, DF
2018

Gomes, Bruna Luísa Aragão
G G633m Material educativo em foco: uma análise de políticas públicas e tendências pedagógicas na relação entre museu e educação. / Bruna Luísa Aragão Gomes; orientador Ana Lúcia de Abreu Gomes. -- Brasília, 2018.
58 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Educação e Museus. 2. Museu Imperial de Petrópolis. 3. Educação em museus. 4. Política Nacional de Educação Museal. 5. Material didático em museus. I. Gomes, Ana Lúcia de Abreu, orient. II. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Material educativo em foco: uma análise de políticas públicas e tendências pedagógicas na relação entre museus e educação.


Aluna: Bruna Luísa Aragão Gomes

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:


Ana Lúcia de Abreu Gomes - Orientadora
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutor em História - UnB


Sonia Rampim Florencio - Membro
Coordenadora de Educação Patrimonial - Iphan
Mestre em Educação - Unicamp


Marijara Souza Queiroz – Membro
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Mestre em Artes Visuais - UFBA

Andrea Fernandes Considera – Suplente
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em História Cultural - UnB

AGRADECIMENTOS

À Deus por todas as bênçãos concedidas, em especial por me capacitar a finalizar a graduação em Museologia.

À minha família por me apoiar em todos os momentos e pela paciência comigo nos períodos de estresse.

À minha orientadora, professora Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes, pelas orientações, prestatividade, apoio moral e dedicação.

Agradeço a todos os amigos e demais pessoas que, direta ou indiretamente, me apoiou no andamento deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender em que medida as políticas públicas para educação e cultura e as tendências pedagógicas mais hegemônicas no Brasil colaboram para a elaboração dos materiais educativos dos museus. A intenção foi a de identificar nas políticas públicas brasileiras para educação e cultura elementos que norteiam as práticas educativas nos museus bem como a relação entre museu e escola. A partir da listagem de tais documentos, foi analisado como é entendida essa relação entre educação, concepções pedagógicas, e museus assim como a materialização dessa relação quando da elaboração de materiais didáticos pelos museus. Esse processo de identificação e análise foi realizado através de análise documental e análise de sites de museus do IBRAM no que diz respeito ao educativo e materiais pedagógicos disponibilizados virtualmente. Através dessa pesquisa foi possível identificar que os museus na sua prática educativa adquiriram características escolares, que os museus utilizam diferentes concepções pedagógicas influenciadoras em seus materiais didáticos e que existe uma grande defasagem quanto à comunicação do educativo nos endereços eletrônicos das instituições museais.

Palavras-chave: Educação e museus – Museu Imperial de Petrópolis – Educação em museus – Política Nacional de Educação Museal – Material didático em museus.

ABSTRACT

This research sought to understand to what extent the public policies of education and culture and the most hegemonic pedagogical tendencies in Brazil collaborate in the elaboration of the educational materials of the museums. The intention was to identify in Brazilian public policies for education and culture elements that guide educational practices in museums as well as the relationship between museum and school. From the list of such documents, it was analyzed how this relationship between education, pedagogical conceptions, and museums is understood, as well as the materialization of this relation when the teaching materials are elaborated by museums. This process of identification and analysis was done through documentary analysis and analysis of museum sites of IBRAM (Brazilian Institute of Museums), regarding the educational and virtual materials available. Through this research it was possible to identify that the museums in their educational practice acquired school characteristics, that the museums use different pedagogical conceptions influencing in their didactic materials and that there is a great delay as far as the communication of the educative in the electronic addresses of the museums institutions.

Key-words: Education and museums - Imperial Museum of Petrópolis - Education in museums - National Policy of Education Museum - Didactic material in museums.

RÉSUMÉ

Cette recherche cherchée pour comprendre dans cela les a mesurés politisent le public pour l'enseignement (éducation) et la culture et les tendances hegemonicas plus pédagogique au Brésil, ils collaborent pour l'élaboration des matériaux didactiques des musées. L'intention était celui d'identification dans la politique publique brésilienne pour l'enseignement(éducation) et les éléments de culture qui orientent les pratiques éducatives dans les musées aussi bien que la relation entre le musée et l'école. En commençant de la liste(cotation) de tels documents, il a été analysé comme que la relation est comprise(supposée) parmi l'enseignement(éducation), des conceptions pédagogiques et des musées aussi bien que la matérialisation de cette relation quand de l'élaboration de matériels(matières) didactiques pour les musées. Ce processus d'identification et d'analyse a été réalisé au moyen d'une analyse documentaire et d'une analyse des sites de musées de l'IBRAM en ce qui concerne le matériel éducatif et pédagogique mis à disposition. Grâce à cette recherche, il a été possible d'identifier que les musées acquéraient, dans leur pratique pédagogique, les caractéristiques de l'école, qu'ils utilisaient différentes conceptions pédagogiques influençant leurs matériels didactiques et qu'il y avait un grand retard dans la communication du éducatif dans les adresses électroniques des institutions des musées.

Mots-Clés: Education et Musées - Musée Impérial de Petrópolis - Education dans les musées - Politique Nationale d'Éducation Musée - Matériel didactique dans les musées.

RESUMEN

Esta investigación buscó comprender en qué medida las políticas públicas para educación y cultura y las tendencias pedagógicas más hegemónicas en Brasil colaboran para la elaboración de los materiales educativos de los museos. La intención fue la de identificar en las políticas públicas brasileñas para educación y cultura elementos que orientan las prácticas educativas en los museos así como la relación entre museo y escuela. A partir de la lista de tales documentos, se analizó cómo se entiende esa relación entre educación, concepciones pedagógicas, y museos así como la materialización de esa relación cuando la elaboración de materiales didácticos por los museos. Este proceso de identificación y análisis fue realizado a través de análisis documental y análisis de sitios de museos del IBRAM en lo que se refiere al educativo y materiales pedagógicos disponibles virtualmente. A través de esta investigación fue posible identificar que los museos en su práctica educativa adquirieron características escolares, que los museos utilizan diferentes concepciones pedagógicas influenciadoras en sus materiales didácticos y que existe un gran desfase en cuanto a la comunicación del educativo en las direcciones electrónicas de las instituciones museales.

Palabras-Clave: Educación y museos - Museo Imperial de Petrópolis - Educación en museos - Política Nacional de Educación Museal - Material didáctico en museos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	39
Figura 2 - Passatempo	40
Figura 3 – Respostas dos passatempos	40
Figura 4	42
Figura 5	43
Figura 6	44
Figura 7	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resultados do FVA 2017	31
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	33
----------------	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CAL – Casa da Cultura da América Latina

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MC3 – Museologia e Comunicação 3

MC4 – Museologia e Comunicação 4

PNEM – Política Nacional de Educação em Museus

PNE – Plano Nacional de Educação

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DOCUMENTAL – AMBIENTANDO A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E MUSEU POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.	20
1.1 RELAÇÃO ESCOLA E MUSEU SEGUNDO O PNE E OS PCNs (DE 1º A 8º SÉRIE).....	21
1.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. MANUAL DE APLICAÇÃO – PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO..	24
1.3 ESTATUTO DE MUSEUS	26
1.4 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL	27
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO EM MUSEUS: UM PROCESSO PEDAGÓGICO EM AVANÇO.....	30
2.1. MUSEU IMPERIAL: ANÁLISE DE CASO DO ALMANAQUE PETRÓPOLIS 2018.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

Minha jornada universitária em Museologia começou no segundo semestre letivo do ano de 2014. Nos primeiros semestres as matérias eram introdutórias e traziam apenas um caráter geral do que seria a Museologia, o que fez com que eu me sentisse perdida sem saber como era possível atuar na formação. Ainda no primeiro semestre participei do Encontro Regional do Programa Nacional de Educação Museal – PNEM, que aconteceu no Museu da República, e o grupo de trabalho por mim escolhido foi acessibilidade.

Apenas no 4º período da graduação consegui me encontrar dentro do curso. Com as matérias “Museologia 3” e “Museologia e Comunicação 2” foi me apresentada a relação dos museus com as Escolas, ou seja, museologia e educação. Também foi nesse semestre que duas professoras me despertaram o interesse em fazer iniciação científica.

No 5º e 6º semestre executei o projeto de iniciação científica tendo por tema a relação entre os museus e as escolas, como ela se dava e quais as dificuldades comunicacionais. Foi uma jornada de entrevistas realizadas em escolas e museus que abriu meus olhos para essa realidade e adensou mais o meu interesse em estudar o tema no Trabalho de Conclusão de Curso. Foram nesses dois semestres, também, que fiz as matérias Museologia e Comunicação 3 (MC3) e Museologia e Comunicação 4 (MC4) que convergiram em uma exposição curricular onde me dediquei a trabalhar no educativo. No 6º semestre fiz estágio obrigatório na Casa da Cultura da América Latina (CAL) e tive um aprendizado bastante significativo na área de conservação e reserva técnica.

Tendo identificado meu interesse na área educacional e desenvolvido a iniciação científica relacionada ao tema, decidi por aprofundar outros aspectos dessa relação por meio da monografia de final de curso. Mas, afinal, o que estudar?

Levei em consideração o Plano de Trabalho de Iniciação Científica: naquela oportunidade entrevistei professores de escolas da região Administrativa do Gama – DF e profissionais de alguns museus do Distrito Federal buscando identificar quais eram as expectativas que cada instituição tinha sobre a outra.

Decidi me debruçar sobre o material educativo produzido pelos museus para recepcionar os alunos das escolas. Isso porque uma de minhas inquietações diz

respeito ao adensamento das concepções pedagógicas tanto do lado dos museus quanto do lado das escolas. Se há uma profunda e reconhecida relação entre os museus e o público escolar, como os diferentes agentes educacionais entendem os processos educativos? Será que os museus entendem o processo de construção do conhecimento da mesma maneira que o professor, que leva seus alunos nesses espaços?

Essa pesquisa se justificou especialmente após o lançamento da Política Nacional de Educação Museal. De que educação estamos falando? Como professores de escolas e educadores de museus enxergam essa questão?

Verificamos que mesmo assim, o objeto ainda estava muito amplo. Precisava ser ainda mais recortado.

Considerando o desenvolvimento das políticas de Educação em museus desde o ano de 2010, verifiquei que poderia recortar meu tema de pesquisa a partir da criação da Política Nacional de Educação Museal. Será que seria possível identificar nessa política qual ou quais concepções pedagógicas a sustentavam? A meu favor, havia o fato de o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) ter lançado sua política de educação museal em decorrência de um processo que teve início em 2010. Portanto, há oito anos. Contra essa iniciativa temos o fato dela ser muito recente. Todo o processo de construção dessa política de educação museal foi feito de maneira participativa. Foram realizados encontros presenciais, formação de grupos de estudo e trabalho pela Internet ao longo de 2010 a 2017. Será que essa trajetória vivida intensamente já havia promovido alguma alteração nos museus?

Bem, dada essa dificuldade, decidi que, a despeito da Política, mas a tendo como meu guia, meu objeto de pesquisa seriam as tendências pedagógicas presentes nas políticas públicas de educação e museus.

Utilizarei, para isso, os materiais disponibilizados para professores pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Cultura (MinC) e para professores e alunos nos espaços museais como plataforma de observação da relação entre as políticas públicas para a área de museus e correntes pedagógicas que podem ser identificadas nesses materiais usados e distribuídos pelos museus.

Há muito os museus são associados às escolas, pois é reconhecido o cunho educacional que este possui, tendo em vista que a maioria de suas ações educativas são direcionadas para o público escolar. Para Martha Marandino (2008),

no texto “Ação educativa, aprendizagem e mediação nas visitas aos museus de ciências”, os museus passaram a ser um espaço de educação não formal e alfabetização científica quando o público começou a buscar experiências diferenciadas nesse ambiente, sendo uma delas a aprendizagem. Assim, o museu se comporta como uma forma de suporte à educação escolar formal. Esta relação tradicional acontece de diversas maneiras, a escola indo ao museu, o museu realizando divulgações e atividades nas escolas, parcerias de projetos dentre outros.

É interessante notar que, apesar dessa relação entre museus e educação ser bastante antiga, o debate e a intenção de se estabelecer políticas e normativas direcionadas diretamente para essa relação é muito recente. O ato de não questionar por anos essa relação nem de estabelecer normativas, trouxe uma espécie de silêncio sobre as falhas que ocorrem no processo ou até mesmo impossibilitou ver a talvez inexistência de análise e sistematização dessas práticas. Identificar essa conexão, como ela acontece, torna possível a realização de melhorias. Chegando a um ponto mais profundo será possível discutir a função educativa que o museu possui.

Falando sobre educação, para Rubem Alves existem duas “caixas” que demonstram as tarefas da educação. A primeira delas é a caixa de ferramentas, que estaria na mão direita representando a destreza e o trabalho. Tais ferramentas seriam utilizadas como meio para alcançar ou realizar algo. A ciência pode ser considerada como uma caixa de ferramentas, tendo como mais importante, o saber sobre como fazer ferramentas. Sendo assim, Rubem Alves ressalta a importância de ensinar a construir ferramentas novas, pois essa construção exercita o pensar. Estariam os educadores, seja na esfera formal ou não-formal, estimulando a prática de novos saberes e ferramentas?

A segunda caixa seria a caixa de brinquedos, representada pela mão esquerda, a mão do coração. A caixa de brinquedos não deve ser usada pela sua utilidade e sim deve ser gozada. Para o autor, a caixa de ferramentas serve apenas como abertura para a caixa de brinquedos.

Pensando sob a ótica do texto “Museus Empáticos: perspectivas e desafios a partir da experiência do Paço do Frevo” de Eduardo Sarmiento e Nicole Costa (2016), a dicotomia entre a memória do poder e o poder da memória apresentada por Mário Chagas se faz necessária na prática museal. Se antes os museus davam

destaque para a memória do poder, hoje ambicionam debater o poder da memória. Busca-se propiciar ao visitante a experiência de ver o que aconteceu e a possibilidade de reflexão sobre o que poderia ter acontecido. A partir disso são feitos questionamentos pelo público sobre o que construir com base na informação ali apresentada. Tal processo de questionamento aproximaria o visitante do museu trazendo o sentimento de empatia pelo museu, adensando a relação entre museu e visitante.

Não seria essa a função educativa do museu? Uma caixa de ferramentas a ser usada para alcançar e promover a empatia para com a história e memória ali apresentadas?

Bem, com essas indagações damos início à apresentação do resultado de nossa pesquisa. Mas antes, ainda devemos informar que o principal eixo que fundamenta esta pesquisa é o Eixo 1 do Curso de Museologia, mais especificamente a matéria de Museologia 3. É nessa disciplina que discutimos a educação patrimonial/museal, contextos educacionais e questionamos a função educativa do museu. O tema dessa pesquisa também está ancorado ao Eixo 3 do Curso de Museologia da UnB. Esse eixo consiste em inserir a Museologia em um campo mais interdisciplinar com o foco na memória, cultura e patrimônio.

Essa foi uma pesquisa descritiva, em que observou-se, à luz das normativas, a relação proposta entre escola e museu com base na educação museal e os materiais educativos ofertados pelos museus. Por ser um levantamento ainda não feito por outra pessoa, possui um caráter exploratório. Foi feito um levantamento de fontes bibliográficas e documentais daquilo que hoje existe sobre o assunto. A natureza da análise dos dados foi qualitativa. A partir do levantamento das fontes, foi feita uma análise crítica interna e externa do material encontrado.

Existe uma necessidade de se discutir a relação entre museu e educação e a sua efetividade. A partir da busca e análise documental sobre, este trabalho procurou dar sua contribuição para o tema considerado de suma importância para ampliar o debate e a visibilidade sobre a educação em museus e sua relação com o público escolar.

Segundo o Estatuto de Museus, Lei nº 11.904 art. 1, é atribuído também ao museu a função de educar. Sendo a escola a principal instituição responsável pela

educação, é importante perceber como funciona essa relação, como se entende o papel educador do museu, e como a escola entende isso.

CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DOCUMENTAL – AMBIENTANDO A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E MUSEU POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Conforme se afirmou na introdução deste trabalho, apesar da relação entre museus e escola/educação ser objeto de debate há mais de um século¹ por parte dos políticos brasileiros, até a constituição do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em 2009, não havia um documento oficial que estabelecesse diretrizes para a relação entre educação e museus no Brasil. Nem mesmo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada em 1996.²

Portanto, entender como a escola compreende o museu e o como o museu compreende a escola foi uma de nossas primeiras providências. Estabelecemos que trabalharíamos em âmbito da regulação federal, uma vez que estados, municípios e Distrito Federal não apresentam iniciativas sólidas.

Identificamos que documentos e políticas federais sobre o assunto são muito recentes. Em 2007, o Conselho Internacional de Museus (Icom), estabeleceu uma nova definição de museu. No Brasil, em 2009 é sancionada a lei que institui o Estatuto de Museus e, na sequência, o Sistema Brasileiro de Museus. Em 2012, inicia-se o desenvolvimento de uma metodologia para a construção de uma política de educação em museus pelo Ibram ocasionando o Caderno da Política Nacional de Educação Museal lançado em 2018. Em 2013 é lançado o Manual de Aplicação sobre educação patrimonial pelo Iphan, fruto de um programa estabelecido em 2007 pelo MEC. Pois bem, essas políticas dialogavam com as políticas estabelecidas pelo Ministério da Educação? Não sabíamos, pois nos documentos novos não havia referências sobre isso. Sendo assim, observamos a necessidade de nos debruçar sobre esse material. Optamos por uma apresentação cronológica de forma a dar a dimensão do adensamento dessas políticas.

¹ Podemos pensar nas diferentes reformas de ensino que estruturaram e reestruturaram a educação brasileira, mais especificamente as reformas da passagem do império para a república e a criação do *Pedagogium* por Benjamin Constant em 1890.

² Lei 9394/1996.

1.1 RELAÇÃO ESCOLA E MUSEU SEGUNDO O PNE E OS PCNS (DE 1º A 8º SÉRIE)

Conforme sinalizamos anteriormente, a preocupação do governo brasileiro com a educação de sua sociedade é bastante antiga. As reformas educacionais que procuravam atingir a sociedade brasileira datam de fins do século XIX (GONDRA, 1997). É no contexto do estabelecimento do governo republicano no Brasil que é criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública e é nomeado para o cargo o militar positivista Benjamin Constant. Logo em seu primeiro ano à frente da secretaria, instituiu reforma no sistema educacional primário e secundário no Distrito Federal e no ensino superior, técnico e artístico em todo o território nacional. Criou também o *Pedagogium*, um museu que deveria impulsionar toda a reforma educacional para o país (GONDRA, 1997, p. 84-86).

A partir dessa iniciativa, e daí por diante, é bastante comum encontrar nos discursos políticos de cada período da história republicana esse vínculo entre a educação e a formação da população brasileira. A educação seria responsável por formar a nova sociedade brasileira.

Entretanto, como buscamos uma relação mais explícita entre museus e educação, salvo engano, depois dessa iniciativa de formação de um museu pedagógico e de museus escolares, o tema não apareceu mais, de forma explícita nos demais momentos da história republicana brasileira. Até porque, acreditamos, que uma boa parte dos museus no Brasil, ao longo do século XX, optaram por se utilizar de metodologias escolares³ em suas dinâmicas internas, especialmente, por terem um grande quantitativo de visitantes provenientes das escolas.

Tomaremos por base o contexto atual, uma vez que, pela primeira vez, o governo em âmbito federal lançou a Política de Educação Museal no último mês de julho de 2018. Pois bem, essa política é lançada no contexto da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/1996. Portanto, apresentaremos brevemente as características dessa legislação para podermos apresentar a relação com os espaços museais.

³ Sobre a problemática da escolarização dos museus ver o texto de Maria Margaret Lopes, intitulado “A Favor da Desescolarização dos Museus”.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/1996) previa a elaboração de um Plano Nacional de Educação. Sua elaboração foi longa assim como sua tramitação no Congresso Nacional. Com sua aprovação, teve sua implementação em 2014 e prevê metas até o ano de 2024.⁴

O Plano Nacional de Educação (PNE), no Brasil, é um documento que determina estratégias, metas e diretrizes a serem usadas como referência pela educação infantil, básica e superior nos próximos dez anos. Inclui perspectivas para a educação indígena, de jovens e adultos, dentre outras modalidades.

Citado uma única vez, o museu no PNE é visto como um dos espaços educativos e culturais, junto a bibliotecas, teatros, cinemas, planetários, praças, e centros comunitários. Como uma das estratégias, o Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024 dispõe sobre a necessidade de fomento da articulação das escolas com esses espaços.

Anteriormente ao PNE, outro documento elaborado pelo Ministério da Educação, no contexto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada em 20 de dezembro de 1996, foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam, de modo geral, os conteúdos, a metodologia e o referencial teórico a serem usados na educação do ensino em todo o país. Suas propostas são flexíveis (como todo e qualquer parâmetro) de modo a permitir que sejam adaptadas de acordo com as especificidades culturais e econômicas de cada região.

No documento introdutório dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, página 27, afirma-se que, “Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural”.

De 1º a 4º série, os parâmetros foram organizados por disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte, Educação Física, Temas Transversais – Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

No PCN de Ciências Naturais é reconhecida a pluralidade cultural que existe em meio à sociedade. O documento defende que é necessário respeitar o universo cultural do aluno, pois o aprendizado acontece em diversos âmbitos além da escola,

⁴ Sobre o Plano Nacional de Educação, ver <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

inclusive no museu. É reconhecido ainda o papel de fontes textuais no aprendizado escolar. Uma das fontes citadas são folhetos ou materiais disponibilizados por *museus* (grifo nosso).

É incentivada a ida aos *museus* (grifo nosso) também nos PCNs de História e Geografia e no volume para a disciplina de Artes por serem instituições consideradas fontes de informação, incluindo as bibliotecas também. O museu é apresentado como uma instituição lúdica de aprendizagem que permite ao estudante ser exposto a diversas situações didáticas com acesso a diferentes tipos de informação e metodologias de pesquisa. No documento referente à Pluralidade Cultural, o museu não é citado como instituição para o referido assunto.

Nos PCNs de 5° a 8° série, dentre 12 disciplinas, o museu é citado em quatro: História, Artes, Ciências Naturais e Geografia. No documento *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* há a seguinte orientação:

Os espaços existentes fora da sala de aula também podem ser aproveitados para realizar atividades como ler, contar histórias, fazer desenho de observação e buscar materiais para coleções. Muitas vezes, a aprendizagem de determinados conteúdos requer a exploração de espaços da comunidade, o que implica em visita a museus, teatro, cinema, fábricas, mercenarias, estabelecimentos comerciais, postos de saúde etc (BRASIL, 1998, p. 95).

Observa-se, assim, o lugar acanhado reservado às instituições museais quando analisamos os conjuntos legais e as orientações do Ministério da Educação (MEC). Destaca-se que tanto nas minutas relacionadas ao Plano Nacional de Educação quanto no material definitivo dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pode-se identificar diferentes correntes pedagógicas. Há, por exemplo, Paulo Freire e John Dewey orientando os mesmos documentos; há Jean Piaget, Henry Wallon e Lev Vigotsky. Afora, Pedro Demo, Pierre Bourdieu, Gadotti, Libâneo, Habbermas, dentre outros. Ao longo dos documentos não há referências específicas ao uso de um ou outro autor.

No século XXI, durante o segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010), o MEC lançou um novo conjunto de políticas no sentido de buscar alcançar o ensino integral. Em 2007, essa iniciativa ocorreu por meio do programa Mais Educação.

1.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. MANUAL DE APLICAÇÃO – PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O programa Mais Educação foi instituído pelo MEC em 2007 com o propósito de fomentar o ensino integral⁵ nas escolas de modo a contribuir para que os saberes locais e a comunidade fossem incluídos no processo educacional. Igualmente, se propunha a instituir acompanhamento pedagógico mais eficaz que promovesse um aproveitamento e rendimento escolar maior. Acrescia à rotina das escolas públicas atividades optativas no que diz respeito a: educação ambiental; acompanhamento pedagógico; esporte e lazer; cultura e artes; direitos humanos em educação; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação nos campo das ciências da natureza; cultura digital e educação econômica. A escola juntamente com a comunidade em seu entorno se torna através desse programa um espaço propício para se articular ações e experiências a respeito da construção de planos efetivos. Foi implementado em 2008 tendo a adesão de 1.380 (mil trezentos e oitenta) escolas. Em 2011 obteve-se o registro de 14.995 (quatorze mil, novecentos e noventa e cinco) escolas inclusas no programa.

O Programa em epígrafe foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10. Suas referências em termos de tendências pedagógicas apresentam maior coerência se comparando com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Dos autores anteriormente identificados na bibliografia dos PCNs, há na primeira versão do Mais Educação Paulo Freire e Gadotti.⁶

Em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi desenvolvido um documento sobre educação patrimonial que tem por objetivo aproximar a escola do patrimônio cultural da região. Desse modo, os estudantes do ensino básico e médio, por meio das atividades decorrentes da aplicação do Programa, poderiam desenvolver uma maior aproximação em relação ao patrimônio cultural para conhecer, cuidar e prezar por ele. O Manual de Aplicação

⁵ A questão do ensino integral no Brasil, salvo alguma iniciativa anterior, foi um dos postulados do Escolanovismo, corrente pedagógica elaborada pelo norte-americano John Dewey e que chega ao Brasil nos anos 1920. É sabido que durante período de estudos de Anísio Teixeira nos Estados Unidos, ele entrou em contato com as reflexões desse professor norte-americano. Desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação, datado de 1932, o tema da educação integral faz parte dos objetivos do Estado brasileiro como meta educacional.

⁶ Cf. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8146-f-mais-educacao-edc-integral-baixa-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192.

da Educação Patrimonial é dividido em duas partes principais: “O Inventário do patrimônio cultural” e as próprias “Fichas do Inventário”. No artigo 216 inciso 1º da Constituição Brasileira é afirmado que o poder público em conjunto com a comunidade irá promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, citando o inventário como um dos meios para que isso aconteça.

A primeira parte do manual estabelece que, se é verdade que para preservar é necessário conhecer esse patrimônio, a metodologia de levantamento de um conjunto de bens culturais pode ser o inventário de bens culturais. O documento afirma que a finalidade do inventário é desenvolver novos conhecimentos a partir do diálogo entre a comunidade local e a escola. Identificar tais bens culturais e explorá-los em pesquisa permite que os sentimentos de pertencimento e o respeito pelo outro sejam fomentados. A participação correlacionada dos professores, alunos, pais e comunidade são essenciais para que esse processo ocorra com maior qualidade. Sendo assim, é ressaltada a importância da pesquisa e da documentação da mesma. Recomenda-se ainda que o produto resultante seja salvaguardado e divulgado se possível.

É importante notar que ao longo de todo o documento o museu não é citado como fonte de pesquisa ou espaço para que esse diálogo sobre patrimônio cultural aconteça. Em um único trecho do material *Educação Patrimonial - Manual de Aplicação*, página 11, é possível talvez estabelecer uma relação quando é assinalado que “É importante oferecer os produtos resultantes do inventário para instituições públicas e privadas que tenham como objetivo a preservação, pesquisa e difusão da informação”. Seria essa instituição o museu?

A segunda parte diz respeito ao trabalho com as fichas do inventário a começar pelas fichas do Projeto e do Território. A partir daí, encontram-se fichas categorizadas para: lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes. E para terminar, fichas de Fontes Pesquisadas, Roteiro de Entrevista e Relatório de Imagens. Observe-se que não há, no material, a indicação das referências bibliográficas.⁷

⁷ Cf. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10290-mais-educacao-web-14-02-2012-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192

Pois bem, observa-se que em relação às normativas e orientações do Ministério da Educação, o museu não tem um lugar de protagonismo nessas políticas.

Neste ano foi lançada uma nova versão do Programa Mais Educação voltado especificamente para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental objetivando aprimorar a leitura e a matemática.⁸

Com o objetivo de potencializar o Mais Educação, a Resolução/CD/FNDE nº 30, de 3 de agosto de 2012 destina recursos para a efetivação do programa Mais Cultura nas escolas. O artigo 2º da resolução diz que o programa Mais Cultura busca “desenvolver atividades que promovam a interlocução entre experiências culturais e artísticas locais e o projeto pedagógico das escolas públicas;”.

Passamos, na sequência a avaliar os textos das normativas oriundas da Política Nacional de Museus com o objetivo de avaliar qual o lugar da educação em suas orientações.

1.3 ESTATUTO DE MUSEUS

O Estatuto de Museus, em seu art. 1, diz que:

Consideram-se museus, para os feitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outras natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009).

A dimensão educativa do museu é expressa na constituição como uma finalidade das funções: conservar, investigar, comunicar, interpretar e expor. Nos estatutos do Conselho Internacional de Museus, de 2007, é finalizado o conceito de museu dizendo “[...] com fins de estudo, educação e deleite”. Acreditamos que aqui a ideia é de que a dimensão educativa do museu é uma consequência e não uma de suas funções. O art. 29 diz que:

Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da nação. (BRASIL, 2009).

⁸ Cf. <https://novomaiseducacao.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>

Ainda no Estatuto de Museus, no que se refere à formulação do Plano Museológico no art. 46, a lei determina que deva haver, dentre outros, o detalhamento do Programa Educativo e Cultural da instituição. Com isso, acreditamos que podemos afirmar que a educação para os museus tem um papel bastante relevante pois a ela é dedicado um Programa no Plano Museal de cada instituição museal.

1.4 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL

A Política Nacional de Educação Museal (PNEM), já no contexto da criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), é fruto de um processo que foi executado pelo Ibram em 2010. A PNEM tem o propósito de potencializar a Política Nacional de Museus de modo que haja uma base para a continuidade de políticas mais duradouras. Ela direciona as práticas educativas a serem realizadas no âmbito dos museus. Sua construção, por parte do Ibram se deu de maneira participativa, buscando agregar a participação e a contribuição da sociedade brasileira.

Em 2010, houve o 1º Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus no Museu Imperial em Petrópolis, região serrana do Estado do Rio de Janeiro. A Carta de Petrópolis é o documento consequente desse encontro que estabelece os *Subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal*. Nesse encontro, os museus participantes se dividiram em 3 grupos com a finalidade de discutir as prioridades e as diretrizes para a Política de Educação Museal.

Na síntese das propostas apresentadas pelos diretores e educadores dos museus do Ibram é mencionada a importância de se definir correntes pedagógicas e teorias educacionais que melhor se adequam à vivência dos museus. Também foi destacada a importância da estruturação de setores, departamentos, áreas ou coordenações educativas no museu de modo que tenham autonomia para realizar seus projetos. A necessidade de uma Política Nacional de Educação Museal foi colocada em evidência, tendo sido analisado o processo histórico da constituição das relações entre museus e educação e averiguado o que era necessário para se consolidar esse campo implementado pioneiramente no Museu Nacional do Rio de

Janeiro por meio da Seção de Assistência ao Ensino (SAE), estabelecida por Edgar Roquette-Pinto em 1927.

A partir da Carta de Petrópolis (2010), por meio de uma metodologia de encontros regionais e audiências públicas, o Ibram lançou o blog Programa Nacional de Educação Museal que recolheu contribuições de 2012 a 2013. Em outubro de 2013, os Grupos de Trabalho sistematizaram as inúmeras contribuições e publicizaram uma minuta a ser debatida nas 13 unidades da federação que receberam os 23 encontros regionais no ano de 2014.

No final desse ano, durante o 6º Fórum Nacional de Museus, é sancionada a Carta de Belém, documento resultado do Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal-PNEM. Teve por base a Carta de Petrópolis e outros documentos como Política Nacional de Museus, Estatuto de Museus, Plano Nacional de Cultura e Plano Nacional Setorial de Museus. Utilizou-se também como ferramenta comunicacional um Fórum Virtual criado especificamente para discutir o processo de criação da PNEM.

Como resultado foram descritos 5 princípios para a futura efetivação da PNEM, que resumindo são:

1. Tornar função dos museus a educação museal e reconhecer isso nas leis e documentos que instruem a prática museal de modo a igualar em grau de importância com a comunicação, pesquisa, conservação e preservação;
2. Reconhecimento de que a educação museal atua em diálogo com a sociedade. É um sistema que envolve dimensões práticas, teóricas e de planejamento;
3. A certificação de que cada museu tenha uma equipe multidisciplinar e qualificada que atue no setor de educação museal. Tal setor deverá ser páreo aos demais setores técnicos mencionados no organograma de modo que seja provido de orçamento e participação nas decisões do museu;
4. O museu deverá estruturar a sua Política Educacional acompanhando as mudanças que possam acontecer no Plano Museológico da instituição, ponderando sempre sobre a tipologia de visitantes que

possuem e o público alvo. Terá de explicitar os referenciais teóricos e metodológicos utilizados nas propostas educacionais;

5. Garantir que os museus sejam espaços que promovam a cidadania e educação coadjuvando com o desenvolvimento local e regional.

A despeito dos inúmeros problemas políticos que atingiram o Ibram a partir do ano de 2015, os coordenadores de Grupos de Trabalho, os servidores do Ibram e a Rede de Educadores em Museus (REMs) conseguiram levar a cabo o processo de sistematização da política que foi aprovada em 30 de novembro de 2017⁹ e lançada oficialmente em julho de 2018 (MARTIN; GONÇALVES, 2018, p.307-330).

Podemos afirmar, portanto, que a despeito da quase ausência de referências aos museus nos documentos federais da área de educação, no que se refere à relação entre museus e educação, há uma política para a área elaborada de forma participativa pela autarquia cuja competência é gerir o campo museal brasileiro. No material da Política Nacional de Educação Museal há referências a Paulo Freire, Gadotti e Libâneo.¹⁰

⁹ A Carta de Porto Alegre documenta a conclusão do processo de criação da Política Nacional de Educação Museal - PNEM. Aconteceu durante o 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal no 7º Fórum Nacional de Museus em 2017. A partir de então o PNEM passou a ser o documento que orienta os sujeitos e instituições no que tange à educação museal.

¹⁰ Cf. <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>.

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO EM MUSEUS: UM PROCESSO PEDAGÓGICO EM AVANÇO.

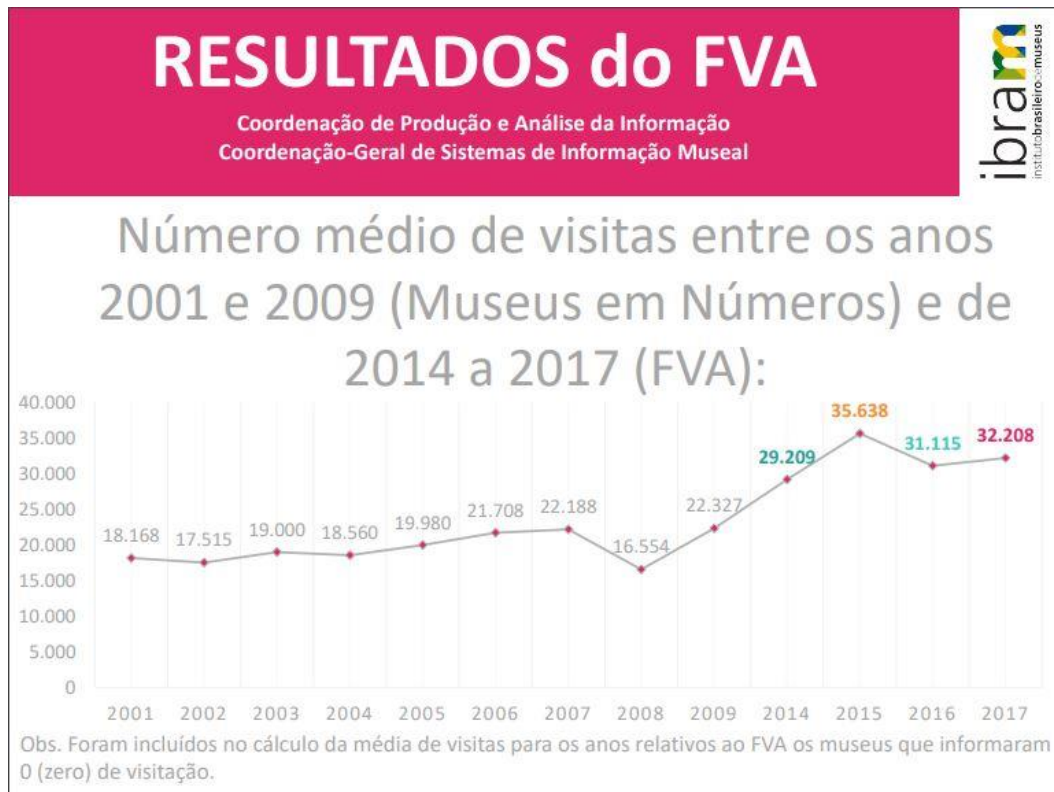
Neste capítulo, buscamos observar como todo o processo desencadeado pelo Instituto Brasileiro de Museus em 2010 no 1º Encontro de Educadores em Museus realizado no Museu Imperial em Petrópolis (RJ) vem alterando as práticas em educação nos museus brasileiros. Na verdade, a primeira pergunta que fizemos é se já houve tempo suficiente para isso. Acreditando que não, nos debruçamos sobre outra questão, de natureza mais diagnóstica. Buscamos identificar quais eram as tendências pedagógicas presentes nas atividades educativas dos museus brasileiros.

Ao verificar o material da Política Nacional de Museus, observamos que não foi feito esse diagnóstico. Claro que esse levantamento não seria viável dentro do escopo de uma monografia de final de curso. Por isso, metodologicamente, decidimos trabalhar apenas com os museus geridos pelo Ibram. E, devido à dificuldade de deslocamento, optamos por fazer esse levantamento por meio dos portais de cada um desses museus e do material educativo por eles disponibilizados.

De acordo com o resultado do Formulário de Visitação Anual de 2017 contabilizado pelo Ibram a partir dos dados enviados pelos museus, o Brasil teve um total de 32.239.871 (trinta e dois milhões, duzentas e trinta e nove mil, oitocentas e setenta e uma) visitas distribuídas em 1.001 (um mil e um) museus.

Embora a pesquisa não especifique de maneira qualitativa esse público, é notável um crescimento no número de visitas. De 2008 para 2015, houve um aumento na média de visitas do número de 16.554 (dezesesseis mil, quinhentas e cinquenta e quatro) para 35.638 (trinta e cinco mil, seiscentas e trinta e oito). Em 2016 a média teve uma pequena queda para 31.115 (trinta e um mil, cento e quinze) e em 2017, última pesquisa disponível, volta a subir tendo número de 32.208 (trinta e dois mil, duzentas e oito).

Gráfico 1 – Resultados do FVA



Fonte: Resultados do Formulário Anual de Visitação, 2017. p. 18.

Para Martha Marandino, no texto “Ação educativa, aprendizagem e mediação nas visitas aos museus de ciências”, a partir do século 20 o entendimento sobre a dimensão educativa e comunicativa do museu aumenta e simultaneamente a elaboração de projetos e atividades educativas que atendam aos públicos escolar, familiar e outros. Apesar de se manter estável, a média de visitas, com pequenas variações, de 2001 até 2008, é possível estabelecer uma relação entre o aumento de visitantes e o aumento no interesse pelas práticas educativas no museu. Há uma demanda em crescimento.

Essa relação pode acontecer de diversas formas de interação e cooperação, sendo necessário que a instituição museal tenha por um de seus objetivos o aspecto educacional. Martha Marandino em “Educação em Museus – Mediação em foco” diz que a formação de educadores é necessária. Professores originários das escolas podem exercer esse papel sendo capacitados a entender a linguagem museal e educadores de museu devem ser capacitados para que, de forma pedagógica,

possam suprir as expectativas das escolas ao visitarem o museu. Essa relação entre professor e educador de museu não teria hierarquia, mas sim, mútua cooperação.

A mediação cooperativa entre instituições de educação formal e não-formal¹¹ tem por consequência o maior aproveitamento intelectual do aluno. Pode não acontecer, necessariamente, dentro do espaço do museu. A dimensão educativa do museu vai além, levando para dentro de sala de aula a discussão. Quando a atividade educacional acontecer na visita mediada, esta deve ser de curta duração, com estímulos aos aspectos afetivos e psico-motores, de forma lúdica para que a atenção do aluno seja mantida.

Um aspecto crucial da visita é que todas as atividades previstas devem ser específicas de museus. A observação de objetos, o estímulo à curiosidade sob ângulos diversos e o toque nos objetos, quando possível, devem ser estratégias recorrentes dentro de uma prática pedagógica no museu. (MARANDINO, 2008b, p. 26)

2.1. MUSEU IMPERIAL: ANÁLISE DE CASO DO ALMANAQUE PETRÓPOLIS 2018

Como sinalizamos, para análise foram escolhidos museus sob administração do Ibram, tendo em vista as políticas de educação em museus que vem sendo articuladas por meio dessa instituição. No site do Ibram são listados 30 museus, porém, apenas 21 estão com endereço eletrônico anexado às informações. Sendo assim, a análise a seguir foi realizada visando o conteúdo encontrado nos sites das respectivas instituições:

¹¹ Segundo Izabel Chagas a educação formal acontece dentro de instituições voltadas para o ensino, como escolas e universidades. Nessa modalidade, os educandos receberão o mesmo conteúdo que os demais colegas. A educação não-formal acontece em ambientes externos a escola e universidade sendo os museus, feiras, cursos livres e outros que possuam o objetivo de ensino. O aprendizado aconteceria de acordo com a permissividade do educando. A educação informal se dá de modo espontâneo no cotidiano com a família, amigos e com os que a autora chama de “interlocutores casuais”.

Tabela 1

Museus	Menciona atividades/projetos educativos	Menciona Material Didático	Disponibiliza Material Didático online	Menciona referência Pedagógica/Educacional (corrente ou autor)	Não possui informações quanto ao educativo
Museu de Arqueologia / Socioambiental de Itaipu, Niterói – RJ	X				
Museu de Arte Sacra de Paraty, Paraty – RJ					X
Museu Casa de Benjamin Constant, Rio de Janeiro – RJ	X	X	X		
Museu Casa da Hera, Vassouras – RJ	X				
Museu Casa Histórica de Alcântara, Alcântara – MA	X				
Museus Castro Maya: Chácara do Céu e Museu do Açude, Rio de Janeiro – RJ					X
Museu do Diamante, Diamantina – MG	X				
Museu Forte Defensor Perpétuo, Paraty – RJ					X
Museu Histórico Nacional, Rio de		X			

Janeiro – RJ					
Museu Imperial, Petrópolis – RJ	X	X	X	X	
Museu da Inconfidência, Ouro Preto – MG	X				
Museu Lasar Segall, São Paulo – SP	X				
Museu das Missões, São Miguel das Missões – RS	X	X	X		
Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro – RJ	X	X	X		
Museu Regional de Caeté, Caeté – MG	X				
Museu da República, Rio de Janeiro – RJ	X	X	X		
Palácio Rio Negro, Petrópolis – RJ					X
Museu Victor Meirelles, Florianópolis – SC	X	X			
Museu Villa- Lobos, Rio de Janeiro – RJ	X				

Fonte: elaborada pela autora.¹²

¹² Não foram consideradas como ações educativas visitas guiadas, tendo em vista a impossibilidade de avaliar presencialmente a existência de um processo educativo na mediação. Segundo Marandino (2008b) “a aprendizagem pode ocorrer num diálogo constante entre o indivíduo e o ambiente e, para compreendê-la, é necessário considerar o contexto no qual transcorre a visita”.

Os museus “Museu da Abolição, Recife – PE” e “Museu Regional de São João del-Rei, MG” possuíam o endereço eletrônico anexado à página do IBRAM, porém não se enquadraram em nenhuma das perguntas feitas na tabela. Citaram a existência de um setor educativo na instituição, mas não havia indícios de como funcionava nem os trabalhos realizados.

Analisando a tabela é possível perceber que apenas 1 museu, dentre os 19, cumpriu todos os requisitos propostos. 4 instituições não citavam a existência do educativo em sua página na internet. É de suma importância que tais informações estejam contidas no site, pois é a carta de apresentação do museu. Escolas que ainda não conheçam tais espaços podem, por meio, do site realizar um planejamento para a visita, entendendo que a proposta de conteúdo será enriquecedora para a experiência dos alunos. Expondo minimamente os projetos educativos que realiza, o museu se aproxima um pouco mais de seu público, se tornando acessível virtualmente. A disponibilização de material didático virtualmente é um grande avanço, pois demonstra um cuidado com a democratização e o acesso da informação. É importante ressaltar que uma das propostas trazidas pelo Caderno da PNEM é de que os museus deveriam informar as referências teóricas e metodológicas utilizadas na concepção do educativo e que apenas uma instituição declarou isso em sua página. A realização dessa tabela reflete o quão necessário é a elaboração de um documento norteador para a educação em museus.

Entretanto, é importante salientar as dificuldades que muitos museus apresentam com escassos recursos humanos e financeiros, tendo pouca estrutura para realizar ações educativas e confeccionar material didático. Por vezes existem problemas com a mediação, como a quantidade de monitores insuficiente para a quantidade de alunos, linguagem científica não condizente com a idade das crianças e falta de preparo para com alunos portadores de necessidades especiais. Hoje muitas escolas não conseguem chegar até o museu e nem o museu chegar até as escolas por conta dessas dificuldades. Acesso não é estar com as portas abertas para receber os visitantes, é oferecer condições adequadas para que as informações e experiências sejam de bom proveito.

Os museus na contemporaneidade são concebidos como centros de lazer e diversão e cada vez mais estão associados às rotas de turismo que dinamizam a economia das cidades onde se encontram. Soma-se a esta característica a introdução da linguagem digital e ações educativas que

favorecem a acessibilidade ao conteúdo do museu e o que se espera atingir. Contudo, as dificuldades para realizar um trabalho permanente, com manifestações lúdicas para ampliação do público, por exemplo, deve-se à falta de sustentabilidade financeira, programas educativos, carência de recursos técnicos e de clareza da própria missão dos museus na atualidade. Há um espaço entre conceber novas funções aos museus e sua aplicabilidade (BENEVIDES, 2013, p. 25).

Segundo levantamento feito por Bruna Gomes sobre a relação de 9 escolas do primeiro segmento do Ensino Fundamental na Região Administrativa do Gama localizada no Distrito Federal com 4 museus de Brasília, as escolas, quando vão ao museu, tem por expectativa que os alunos possam ter uma experiência enriquecedora que possa vir a completar o que foi dito em sala de aula, ilustrando o assunto e trazendo novas curiosidades, apropriando-se do processo de forma mais palpável. Acreditam que o museu possui esse papel de fazer essa ligação de natureza curricular. Uma das escolas entrevistadas falou em “conhecer a história”. Os museus entrevistados declararam que a relação dos museus com as escolas é excelente e de muita importância para a propagação do conhecimento.

O Museu Imperial foi a única instituição, dentro das analisadas na tabela, a explicar o setor educativo, suas propostas e a referenciar a tendência pedagógica que informa sua estrutura do educativo; além disso, o Museu Imperial disponibiliza os materiais didáticos utilizados gratuitamente em seu portal.

Igualmente, observa-se em seu portal informações para os educadores relacionadas às expectativas dos docentes em relação à política educacional do Ministério da Educação. Mais especificamente encontram-se um conjunto de diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais que podem ser utilizadas pelos docentes ao visitarem o museu com seus alunos. Isso demonstra uma atenção e sintonia com as políticas públicas do Governo Federal. Segundo o portal do Museu, o professor pode, ao visitar o museu com seus alunos:

Organizar repertórios histórico-culturais que lhes permitam localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para algumas questões do presente e do passado;

Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles;

Utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos, iconográficos, sonoros;

Questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e algumas de suas possíveis soluções;

Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia.

(MUSEU IMPERIAL).

O Museu Imperial de Petrópolis no estado do Rio de Janeiro tem um acervo direcionado ao Segundo Reinado (1840-1889) com objetos do cotidiano, móveis, prataria, joias e outros. Como descrito em sua página, a instituição afirma que tem por base a “pedagogia crítica” preconizada por Paulo Freire.

O Museu declara ter 6 projetos, sendo eles: Projeto Petrópolis, Dom Ratão, Um verão no Palácio Imperial, Caixa das Descobertas, Sarau Imperial e Visitas Mediadas.

O Projeto “Petrópolis” tem como público alvo alunos de 3º a 7º ano do Ensino Fundamental. É um projeto anual a ser desenvolvido com alunos, professores e educadoras do museu com uma temática que seja relevante para a história da cidade. Nesse ano, 2018, o projeto conta com o apoio de material didático, o periódico Almanaque de Petrópolis que tem por título: “Os imigrantes e a formação de Petrópolis”. Segundo o portal, é feito um percurso mediado na exposição temática em questão com o auxílio do Almanaque de Petrópolis. Por fim, os alunos participam de atividades recreativas que foram trazidas ao país por imigrantes.

O projeto “Dom Ratão” é desenvolvido com alunos da educação infantil ao 2º ano do ensino fundamental. Desenvolve-se por meio de atividades teatrais, oportunidade na qual é contada a história de uma família de ratos que visita o Museu Imperial ao mesmo tempo em que conversam com as crianças. Após o teatro é realizada uma visita aos espaços do museu trazendo à discussão o que os ratinhos vivenciaram e o que está ali posto.

O Projeto “Caixa das Descobertas” é dividido em duas temáticas: Caneta e Chapéu. Ambas consistem em ter caixas que contém diversos recipientes com canetas ou chapéus em suas várias versões e modelos. A história desses itens e suas usabilidades são contadas enquanto os alunos experimentam e utilizam os objetos. É estabelecida uma linha temporal da origem do objeto até os dias atuais. É voltada para alunos do 4º ao 7º ano do Ensino Fundamental.

O Projeto Um Sarau Imperial tem por alvo estudantes do 5º ano do ensino fundamental até o Ensino Superior, incluindo também a Educação de Jovens e Adultos e ensino profissionalizante. O projeto acontece através de modinhas imperiais, declamação de poesia e conversas sobre assuntos políticos, sociais e culturais da época de 1878. É feita uma caracterização de época e são proferidas notícias jornalísticas do período.

Por fim, as visitas mediadas são para alunos do Ensino Fundamental, Médio e Superior, grupos de Organizações não governamentais (Ongs), grupos de projetos sociais, entre outros. A equipe de educadores adota a narrativa em que expõe o acervo e promove questionamentos quanto ao seu significado estabelecendo um diálogo com os mediados.

Em seus projetos e mediações o museu afirma estar sempre buscando o diálogo estimulando o pensamento crítico do público. Paulo Freire, no livro “Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa”, afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2015, p. 47). Essa busca pelo aprender através do diálogo é vista também na fala de Vigotsky que diz que:

[...] o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem (VIGOTSKY, 1987. p. 11).

É interessante notar que os museus aprimoraram o sentido educacional que é dado a eles. O cuidado que a instituição possui em desenvolver diferentes projetos para diferentes públicos e faixas etárias demonstra o entendimento do fato de que o aprendizado ocorre de maneiras diferentes.

O Museu Imperial de Petrópolis disponibiliza seis periódicos, “Almanaque de Petrópolis”, e um guia de visita para *download* gratuito em sua página. São eles: “Uma jornada de Descobertas pelo Passado e Presente da Cidade Imperial”, publicado em 2008; “Abra esta porta e descubra as histórias que o Museu Imperial guardou para você!”, publicado em 2010; “A estrada de ferro e as viagens de trem”, publicado em 2012; “Memórias da Educação em Petrópolis”, publicado em 2015; “O esporte em Petrópolis”, publicado em 2016; “Os imigrantes e a formação de Petrópolis”, publicado em 2018.

A formulação de um almanaque acompanha a demanda do “Projeto Petrópolis” que possui uma nova proposta a cada ano. O público alvo são os professores e alunos do Ensino Fundamental das escolas de Petrópolis. O material é constituído pela história do contexto escolhido, contada de modo lúdico com a linguagem voltava para o público infantil. São utilizadas fotografias do acervo do próprio museu para exemplificar o que está sendo falado.

Figura 1



Fonte: Almanaque *Os imigrantes e a formação de Petrópolis*, 2018.

A escolha pelo formato do material didático em almanaque se deu também pela possibilidade de além do conteúdo escrito, promover a inserção de atividades para serem feitas pelas crianças. O material contém caça-palavras, jogo dos sete erros e outros passatempos, todos com a temática do almanaque. No final de cada almanaque é possível encontrar as respostas corretas para os passatempos. Este material é utilizado durante a visita e podendo ser utilizado também em sala de aula

pelos professores. Chama a atenção este caráter escolar do almanaque elaborado pelo museu. Destaca-se que este material poderia ser facilmente empregado no dia-a-dia escolar.

Figura 2 - Passatempo



Fonte: Almanaque *O esporte em Petrópolis*, 2016.

Figura 3 – Respostas dos passatempos



Fonte: Almanaque *Os imigrantes e a formação de Petrópolis*, 2018.

Para o escopo deste Trabalho de Conclusão de Curso, optamos pelo recorte do almanaque mais recente, publicado em 2018 e que tem por título “Os imigrantes e a formação de Petrópolis”.

O almanaque possui 64 páginas e o material é voltado para as faixas etárias de 3º a 7º ano do Ensino Fundamental, o que compreende aproximadamente as idades entre 8 e 13 anos. Identificamos que o menor dos almanaques oferecidos pela instituição possui 40 páginas e o maior 72, os demais possuem 60 páginas.

Hoje no Brasil a alfabetização é iniciada por voltas dos 7 anos na rede pública de ensino. Sendo iniciada aos 7 anos, é possível afirmar que um estudante de 8 anos estaria suficientemente habilitado para a leitura de um material de 64 páginas? Embora com imagens e passatempos, o almanaque possui um caráter descritivo histórico extenso. Talvez a proposta das atividades não envolva o trabalho com o material em sua integralidade.

Em que pese o portal do Museu Imperial sinalizar que as atividades educativas se baseiam em Paulo Freire, avaliamos que essa matriz não pode ser identificada se considerarmos apenas e tão somente o material que se encontra disponível no portal. O material apresenta características que nos levam a crer que a equipe que o elaborou se apropriou de diferentes matrizes pedagógicas. Sem dúvida, uma das mais presentes nas escolas brasileiras é o escolanovismo. Em relação à defesa da educação integral, a matriz pedagógica do escolanovismo compreende esses outros espaços como um dos espaços de educação. O museu acaba por assumir para si características da educação escolar, buscando complementar a educação em sua matriz curricular. É importante salientar a consequência disso.

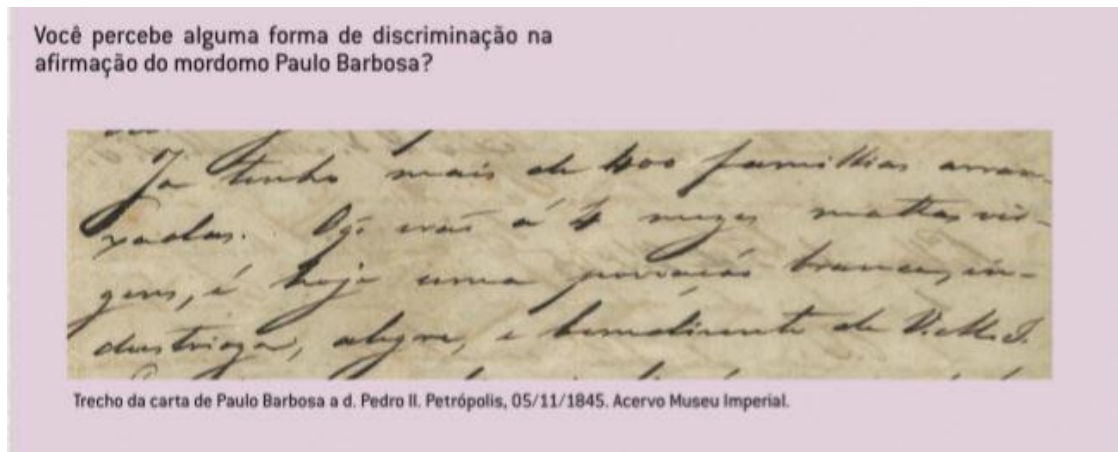
[...] não é difícil entender que propostas museológicas, mesmo bem intencionadas quanto a sua contribuição para a melhoria do ensino, confundam seu campo de atuação, reduzindo-o do vasto âmbito da cultura para o de complemento à escola, segundo os padrões e normas que regem a prática escolar (LOPES, 1991, p. 448).

Para Paulo Freire no livro “A pedagogia do Oprimido”, discorrendo sobre a educação bancária, destaca que narrar seria a principal função dessa educação. O educador assume o papel de transferir o seu conhecimento para a mente dos educandos. É o preenchimento de um dito vazio. Acreditamos que esse material não é utilizado pelo Museu Imperial de maneira isolada. Há uma dinâmica em que ele se encontra inserido. Entretanto, o material possui características que podem leva-lo a ser utilizado pelo aluno de maneira individual, pouco incentivando a reflexão coletiva e troca de ideias com os colegas e a interação entre os alunos, mediadores e

professores. O uso inadequado de um material didático desse porte pode acarretar em um modelo de educação bancária. Acreditamos que durante a dinâmica da visita no espaço do Museu Imperial haja a valorização e emprego do debate e do diálogo.

O diálogo, porém, deve se iniciar muito antes do contato entre “educador-educando” e “educandos-educadores”.¹³ Inicia-se quando é discutido o que será dialogado. “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2015. p. 39). O almanaque possui muitas informações textuais que para um estudante do 7º ano pode ser de fácil compreensão, mas que para um estudante de 3º ano recém-alfabetizado a leitura pode ser penosa. Algumas atividades não são propícias para serem feitas em grupo ou são de difícil execução a depender da idade. Como por exemplo, na imagem a seguir. Observe-se que é destacado o trecho de uma carta com o comando para que ao ler, a criança identifique se há alguma forma de discriminação. Porém, pode-se observar que decifrar a caligrafia é difícil até mesmo para um adulto, quanto mais para uma criança sem que haja uma legenda informando o conteúdo da carta.

Figura 4

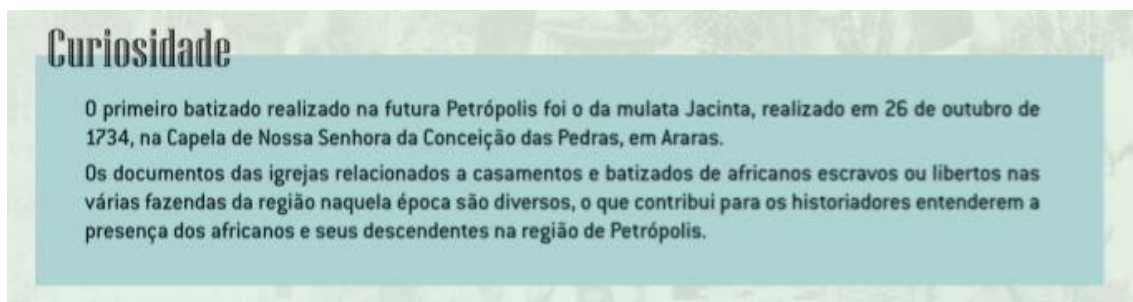


Fonte: Almanaque *Os imigrantes e a formação de Petrópolis*, p. 10.

¹³ Paulo Freire em *A Pedagogia do Oprimido* diz que para tornar a educação problematizadora e cumprir-se como prática da liberdade, indo ao contrário da educação bancária, é necessário resolver a contradição entre educador e educando. Não é possível educar sem ser educando e ser educando sem educar. “Não mais educador do educando do educador, mas educador-educando com educando-educador” (FREIRE, 2015. p. 39).

Entretanto, há elementos mais graves quando se avança na leitura do almanaque: é possível encontrar termos e discursos em que podem ser identificados conteúdos associados ao racismo. Ao revelar uma curiosidade sobre a primeira pessoa a ser batizada no que seria futuramente a cidade de Petrópolis, utilizam o termo “mulata” para identificar essa personagem negra. No momento em que falam sobre os povos escravizados, vindos majoritariamente da Angola, o discurso se detém no aspecto escravista. De modo rápido mencionam o que chamam de contribuições dos povos escravizados como dança, culinária, religião e música. Porém, essas contribuições não são explicadas ou exemplificadas. É dado um destaque maior para os imigrantes europeus falando sobre comércio, hábitos, tipos de culinária e outras contribuições. Normalmente, destaca-se que os povos europeus trouxeram tudo aquilo que é considerado relevante: língua, política, economia dentre outros aspectos considerados mais significativos. Acreditamos que este aspecto deva ser revisto.

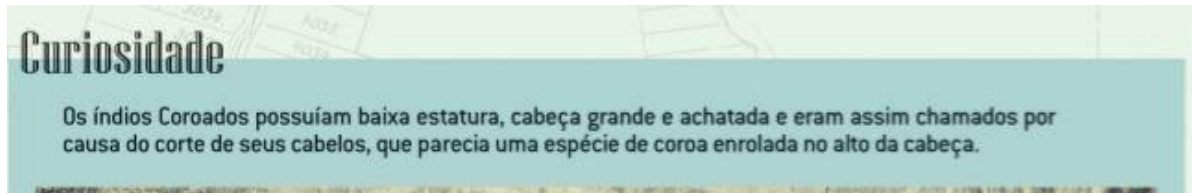
Figura 5



Fonte: Almanaque *Os imigrantes e a formação de Petrópolis*, p. 40.

É visível a diferenciação racial contida no material. Um total de 7 linhas é destinado para falar sobre a presença indígena, os primeiros habitantes do local, onde para descrevê-los utiliza-se termos fenotípicos que formam uma imagem quase caricata do que seriam esses indígenas de “baixa estatura, cabeça grande e achatada” não trazendo nenhum outro aspecto que tenha vindo a contribuir para a formação de Petrópolis.

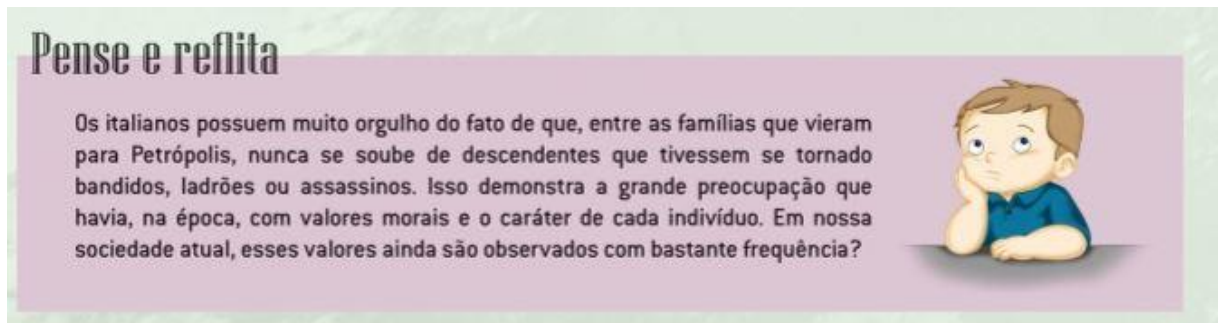
Figura 6



Fonte: Almanaque *Os imigrantes e a formação de Petrópolis*, p. 5.

Uma última situação que deve ser mencionada é quando fala que os Italianos se orgulhavam de não ter em seus descendentes pessoas criminosas e que isso seria um sinal de preocupação com valores morais e com o caráter do indivíduo na época. É pedido à criança que reflita se hoje tais valores são observados. É bastante perigoso que se faça a atribuição de bom caráter a um aspecto racial onde o europeu branco traz boa cultura e bons valores e o outro, o exótico e diferente, traga as mazelas da sociedade.

Figura 7



Fonte: Almanaque *Os imigrantes e a formação de Petrópolis*, p. 35.

É possível identificar uma proximidade com Paulo Freire nos almanaques com relação ao “tema gerador”. O tema gerador é fruto da educação libertadora em que o diálogo é o protagonista nessa relação entre educação e sociedade. É necessário entender os interesses que um indivíduo possui assim como as demandas e contextos em que este está inserido.

Segundo o autor, tais temas estariam nas situações onde o indivíduo precisa se adaptar a determinantes históricos, esmagadores. Porém, faltaria uma percepção crítica do conjunto em questão. É assim então que os temas geradores atuariam,

conscientizando, possibilitando a apreensão e inserção do indivíduo em ver o seu mundo de uma forma crítica.

As temáticas de cada um dos 6 almanaques desenvolvidos pelo Museu Imperial busca trazer o conhecimento sobre Petrópolis inserindo pertencimento e em algumas questões atuais a serem debatidas em conjunto com um aspecto característico da cidade.

O primeiro almanaque inicia esse processo trazendo ao conhecimento do leitor a origem e contexto de surgimento de Petrópolis. É contextualizado de modo geral transporte, comércio e imigrantes. Faz comparativos sobre edificações no passado e como estão no atual momento com o objetivo de tornar o passado algo presente, onde as crianças consigam se identificar com as situações.

O segundo almanaque é sobre o início da história do Palácio Imperial. O Material traz o discurso da memória que objetos podem conter e que através da pesquisa é possível conhecer sua história. O contexto da família imperial, o processo de construção, arquitetura, decoração, música, moda são alguns dos temas abordados.

O terceiro almanaque traz o contexto da história da estrada de ferro que ligou Rio de Janeiro a Petrópolis por 81 anos. O Desenvolvimento que isso trouxe a cidade, bem como os registros de experiências são os temas abordados. As lembranças e histórias foram registradas através de fotografias, documentos, história oral e vestígios da estrada de ferro.

O quarto almanaque fala sobre o uso que o Palácio Imperial teve após a partida da família real para a Europa. Aproveitando o fato de o IBRAM estar construindo a Política Nacional para os museus onde a dimensão educativa é tida como um instrumento de transformação social, o Museu então trabalha nessa edição a história das duas instituições de ensino que fizeram uso do Palácio. A memória escolar, costumes e informações sobre o universo infantil são abordados.

O quinto almanaque foi realizado no contexto das olimpíadas de 2016. Sendo assim, servindo de inspiração, o material aborda o desenvolvimento do esporte da cidade de Petrópolis. Traz as modalidades praticadas e nomes de personalidades que se destacaram no meio esportivo petropolitano.

Por fim, como já mencionado, o sexto almanaque aborda a formação da Petrópolis através da imigração e quais características desses povos influenciaram e ajudaram a formar a cultura local.

Em cada almanaque é possível identificar que os temas abordados são da vivência dos estudantes de Petrópolis. Ao escutarem a história e curiosidades sobre lugares em que eles convivem diariamente é possível desenvolver o sentimento de identidade e valorização da memória ali contida. Os almanaques possuem em pontuais e poucos espaços, curiosidades e reflexões que instigam o leitor a comparar e criticar as realidades da história antiga e da que ele vive no atual momento propondo o que seria uma avaliação crítica.

Este movimento de ida e volta, do abstrato ao concreto, que se dá na análise de uma situação codificada, se bem feita a decodificação, conduz à superação com a percepção crítica do concreto, agora não mais realidade espessa e pouco vislumbrada (FREIRE, 1977, p. 55).

Observe-se, porém que o fato de adotar temas próximos à realidade do aluno não é garantia do trabalho defendido por Paulo Freire baseado na ideia do “tema gerador”. A escolha feita pelo Museu Imperial de trabalhar com temas próximos à realidade do público escolar que visita o museu é muito importante; entretanto, o trabalho com o “tema gerador” demanda o debate, a identificação de problemáticas, de situações limites que, salvo engano, não puderam ser identificadas no material disponibilizado no portal do museu. Na página do Museu Imperial pode-se encontrar a seguinte orientação para o professor que visita o museu com seus alunos:

Durante a visita...

A visita ao Museu Imperial é um processo de interação e aprendizagem que envolve a participação ativa de todos, professores e alunos. Procure instigar seus alunos a traçar comparações entre os contextos social, econômico e político do século XIX e os dias atuais;

Os objetos do Museu devem ser vistos como indícios de traços culturais a serem interpretados de forma crítica;

A narrativa utilizada pelo professor durante a visita deve procurar dar sentido ao acervo trabalhado, como também gerar questionamentos que levem os alunos a se entenderem dentro de um contexto histórico-temporal. Assim, sugerimos a utilização de uma metodologia dialógica para a análise e exploração dos objetos e espaços do Museu, propondo hipóteses sobre o que eles significam e buscando um movimento de recriação e interpretação das informações, conceitos, significados e sentidos neles contidos (MUSEU IMPERIAL) (Grifo nosso).

Compreendemos que é muito difícil nos libertarmos de mecanismos educacionais muito presentes em nós. As perguntas e os diálogos propostos por Paulo Freire em sua compreensão de educação não são mecanismos para a apreensão dos conteúdos; isso também é educação bancária. Nas palavras de Paulo Freire:

Para o educador educando-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou imposição [...] mas a devolução organizada sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada. (FREIRE, 1977a, p.83-84).

Se o desafio é grande para as escolas, maior ainda é o desafio para os museus. Observe-se como a dinâmica nesses dois espaços é diferente: enquanto nas escolas os professores têm mais tempo para desenvolver atividades com os alunos, estão mais próximos das suas realidades, seus problemas, a visita ao museu é, muitas vezes, uma suspensão do cotidiano da escola.

O portal do Museu Imperial na internet é uma fonte muito interessante para este trabalho: além de demonstrar claramente uma sintonia com os documentos oficiais do Ministério da Educação, conforme já mencionado, indica outras possibilidades de uso dos museus por parte dos professores e das escolas. Em sua página, destaca:

Considerações sobre o uso educacional de museus...

A Educação para o Patrimônio contempla as práticas educacionais de museus e pode ser entendida como:

Formas de **mediação** que propiciam aos diversos públicos a possibilidade de **interpretar** objetos de coleções dos museus, do ambiente natural ou edificado, **atribuindo-lhes** os mais diversos **sentidos**, estimulando-os a exercer a **cidadania** e a responsabilidade social de compartilhar, **preservar** e **valorizar patrimônios** material e imaterial com excelência e igualdade (MUSEU IMPERIAL).

Para aceitar esse desafio que o Museu Imperial apresenta, que tipo de dinâmica seria necessária com os alunos no Museu? Quais seriam as estratégias pedagógicas, independente da matriz pedagógica que se considere para conseguir, por exemplo, estimular os alunos a exercer a cidadania?

Em outro momento, mas ainda na mesma página da Internet, o Museu afirma ao professor ser possível trabalhar com os objetos do museu de forma dinâmica:

Descobrimo o objeto...

A habilidade de interpretar os objetos e fenômenos culturais amplia nossa capacidade de compreender o mundo;

Cada produto da criação humana, de caráter utilitário, artístico ou simbólico, é portador de sentidos e significados, cuja forma, conteúdo e expressão devemos aprender a “ler”, ou seja, “decodificar”.- Aspectos físicos (O que parece ser este objeto?).

Aspectos principais a observar:

- Construção (Como foi feito?);
- Função (Para que foi feito?);
- Forma / design (O objeto tem uma boa forma? É bem desenhado?);
- Valor (Quanto vale este objeto?).

Entendemos a proposta, mas acrescentaríamos a essas sugestões pensar os objetos como resultados de relações sociais. Explorar essa dimensão, adequando a reflexão às diferentes faixas etárias nos parece uma proposta bastante significativa para a dimensão educacional.

O portal propõe ainda o desenvolvimento de atividades que incentivem os alunos a desenvolverem habilidades relacionadas à pesquisa por meio de atividades:

[...] anteriores à visita (levantamento de questões a serem investigadas, seleção de informações);

durante a visita (observações em campo, comparação entre dados levantados);

depois da visita (organização de dados e conclusões).

A prática do **registro** permeia todo o processo:

Aluno - sistematização da atividade, atribuindo-lhe uma **função social** (os conhecimentos precisam ser socializados e compartilhados, materializados em **produtos culturais**).

Professor - preparação de relatórios contendo reflexões e procedimentos pedagógicos utilizados, para serem consultados por outros professores (legitimidade de práticas bem-sucedidas).

Acreditamos estar diante de uma perspectiva conteudista que se torna incoerente se considerarmos o que se encontra registrado em termos de influência pedagógica que o Museu Imperial afirma seguir, qual seja, a de Paulo Freire.

Entendemos que no processo de escolha e utilização de uma corrente pedagógica é natural que sejam absorvidas outras concepções visto que na prática educativa são selecionados aspectos de diferentes correntes de modo a formar um método que melhor se adeque à prática escolar ou museal.

Nos almanaques é possível encontrar aspectos de modalidades da pedagogia tradicional e também da pedagogia nova. Com relação à primeira temos uma relação quantitativa onde os materiais didáticos possuem uma grande quantidade informacional. A instituição em questão, o museu como educador, dotado de

conhecimentos acumulados pela sociedade busca passá-los para o educando de modo que o papel do educando, majoritariamente seja assimilar tais conhecimentos. Estimula também que mais conteúdo seja gerado a partir da visita. Sobre a Pedagogia nova vemos elementos que buscam trazer maior dialogicidade assim como a inserção da realidade social que envolve o indivíduo na proposta educativa.

Nota-se o aspecto da concepção pedagógica produtivista. O material educativo em si surge a partir da demanda de uma exposição em questão. Nessa concepção pedagógica é almejada a máxima produtividade, maior quantidade de resultados com menor perda. É esperada maior assimilação com muito conteúdo na tentativa de não ter uma perda informacional educativa. Resulta em um material extenso com uma quantidade de páginas e assuntos abordados consideravelmente grandes.

Na pedagogia libertária é trazido o conceito de educação integral, que também está no escolanovismo, em que reconhece que o aspecto educacional está além do ambiente escolar.

Por fim, aspectos da pedagogia libertadora são identificados nas propostas temáticas dos almanaques que trazem assuntos pertinentes a cultura e identidade local fazendo também relações com acontecimentos externos como as olimpíadas por exemplo.

A intenção em identificar tais aspectos não é estabelecer o certo ou errado nas práticas educativas museais, mas entender quais tem sido as concepções pedagógicas educativas a inspirar o museu e como essa instituição tem desenvolvido tais propostas em que diz se ancorar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendamos que a escola e o museu são instituições com tempo e espaço diferentes sendo impossível afirmar que ambos entendem os processos pedagógicos da mesma maneira. Na escola é possível programar uma rotina estruturada de modo a colaborar com o ensino. É um lugar demarcado com horas igualmente demarcadas. Na escola existem conteúdos com prazos a serem ensinados e compreendidos. Já o museu é por vezes um lugar de fuga do ambiente escolar, onde se busca maior liberdade e autonomia no ensinar. A escola busca no museu algo diferente às salas de aula, mas por vezes encontra métodos tão escolarizados quanto. Compreende-se que a escola e o museu possuem diferentes demandas e expectativas a serem cumpridas. Apesar dessas diferenças é notável que ambas as instâncias, educacional e museal, possuem ações políticas com o mesmo objetivo, definir a relação da educação com o museu.

É difícil afirmar que essa trajetória de políticas públicas vivida intensamente já ocasionou alguma alteração nos museus dado o fato de ser relativamente recente. Destaquemos duas políticas, uma da educação (MEC) e outra de museus (IBRAM). O Manual de Aplicação sobre educação patrimonial é resultado de um programa iniciado pelo MEC em 2007, culminando no manual em 2010. Nesse mesmo contexto, em 2010, é dado início a jornada da construção da Política Nacional de Educação Museal pelo IBRAM que resulta no Caderno da PNEM lançado em 2018. São duas construções de pensamento sobre a relação entre educação e museu. Pode-se dizer então existe uma trajetória de 2007 até 2018 onde é pensada essa relação.

Na análise feita no endereço eletrônico de 21 instituições atreladas ao IBRAM é possível afirmar que esses museus, se porventura discutem e buscam essa relação, não estão comunicando de forma clara esse entendimento. Alguns desses museus não chegaram nem a citar a existência de setor educativo, outros falam apenas sobre alguns projetos em vigência ou que aconteceram. Muitos projetos nem são explicados como ocorrem ou o seu objetivo. Temos 7 instituições afirmando a existência de material didático e apenas 5 disponibilizando eletronicamente. Nessa pesquisa não é possível avaliar a relação que acontece pessoalmente, mas as concepções pedagógicas escolhidas ou não é possível avaliar pelo material

educativo confeccionado. O material em questão que foi analisado, Almanaque 2018 do Museu Imperial de Petrópolis, afirma seguir a concepção pedagógica de Paulo Freire, porém foi possível identificar correntes de ideias que se chocam com o pensamento freireano. A construção da PNEM se deu em aproximadamente 8 anos com debates e a participações democráticas de interessados na educação museal. Sendo a sua conclusão tão recente, é necessário que se atente para as mudanças que devem vir a partir dessa política assim como o debate deve continuar para que haja uma educação mais consolidada no meio museal.

Dentre as políticas referentes a educação em museus, a Política Nacional de Educação Museal lança o caderno da PNEM como documento sugesor de práticas educativas em museus. A primeira concepção pedagógica a ser identificada no caderno é a de Paulo Freire no que diz respeito a pedagogia libertadora. É incentivada nessa concepção a discussão crítica sobre as problemáticas mais próximas da vivência do educando. Ao conceituar Educação Museal, o caderno da PNEM (2018) na página 74, diz que “a Educação Museal atua para uma formação crítica e integral dos indivíduos, sua emancipação e atuação consciente na sociedade com o fim de transformá-la”.

A crônica denominada *A cebola* contada por Rubem Alves em *A pedagogia do caracol* fala sobre apropriação do mundo ao redor. Pensemos numa cebola cortada ao meio, onde cada anel é um tipo de mundo, a criança estando bem no meio de todos eles. Para se conhecer os mundos é necessário comer os anéis, mas só se pode comer aquele que está mais próximo. “Quando se come o mundo, ele passa a ser parte do corpo da gente”. Para se sentir pertencente é preciso antes conhecer o mundo mais próximo. O autor propõe a reflexão da cebola com relação ao currículo escolar, onde o primeiro anel a envolver a criança seria a sua casa, sendo assim trabalhado a matemática a partir dos ângulos e formas, a física com a eletricidade que esquenta e ilumina, a química na cozinha, o mundo das coisas vivas como as baratas e outros pequenos bichos encontrados numa casa. O que ele quer dizer com isso é que não é possível fazer com que uma criança conheça outros mundos sem primeiro conhecer aquele que a rodeia. A proposta dos almanaques do Museu Imperial reflete essa intenção de Paulo Freire em não ser apenas objeto da história, mas também sujeito dela.

Outra concepção pedagógica identificada nessa política é a Pedagogia Libertária quando é definido o que se entende por formação integral. A educação integral, segundo Demerval Saviani (2005, p. 35), vem da ideia de crítica ao uso da escola “como instrumento de sujeição dos trabalhadores por parte do Estado, da Igreja e dos partidos”.

É defendida então uma democratização sendo a formação integral capaz de promover mudanças históricas e dialéticas entre ambiente e cultura, objeto e sujeito, população e instituições públicas e outros.

Analisando as bibliografias utilizadas para a composição dos textos do caderno da PNEM é possível encontrar John Dewey, Lev Vigotsky, Bourdieu, Gadotti e Libâneo que também são encontrados nos PCN'S e no PNE.

A definição de educação que acontece nos museus e nas escolas é diferente. O museu recebe o título de educação não-formal e as escolas educação formal. Entende-se que a abordagem educativa dessas instituições ocorre de formas distintas. A escola demonstra ver o museu como um espaço de complemento à educação escolar. É a possibilidade de que seus educandos vejam o conteúdo de uma forma mais concreta e diferenciada.

O entendimento dos museus como uma instituição educativa não se deu de forma imediata a sua criação. No Brasil por volta de 1958, o autor Paulo Knauss no texto *A presença dos estudantes* página 589, afirma que “evidencia-se claramente como o museu devia organizar seus conteúdos de modo atrelado ao currículo escolar”. Ao se afirmar como educativo o museu adquire características escolares. É reconhecido então que a relação que o museu possui com a educação contribui para redefinir a natureza do mesmo. Os aspectos do museu escolarizado perpetuam até hoje nas práticas educativas.

Ao museu assemelhar-se às escolas perde muito de sua identidade. Uma educação diferenciada da que acontece nas escolas. Por vezes a densidade dos materiais didáticos oferecidos, as longas mediações regadas do discurso único do mediador fazem com que a visita ao museu não seja assim tão aprazível. Além de educativo, o museu também é um espaço de deleite.

A educação, seja qual for a instância, acontece como um processo espontâneo e diferenciado a depender de como o indivíduo se relaciona com o mundo. O exercício da *autopoiese* trazida por Maturana e Varela (1997) revela um

constante fazer-se e refazer-se dos saberes individuais adquiridos. O processo de conhecimento reflete essa auto-organização do indivíduo em relação com o seu entorno.

A educação museal como um todo não deve ser entendida nos moldes de alcançar uma finalidade. Nas palavras de Rubem Alves no livro *A pedagogia do caracol* página 79, “Pode ser que ‘chegar na frente’ não seja tão importante assim! Quem sabe ‘estar indo’ é mais educativo do que o chegar? No ‘estar indo’ aprende-se um jeito de ser”.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE DE PETRÓPOLIS: o esporte em Petrópolis. n. 5 (mar.2016). Petrópolis: Museu Imperial, 2016. Disponível em: <<http://www.museuimperial.gov.br/images/almanaque-petropolis/museu-imperial-almanaque-de-petropolis-v.pdf>>. Acesso em: 24 out 2018.

ALMANAQUE DE PETRÓPOLIS: a estrada de ferro e as viagens de trem. n. 3 (mar.2012). Petrópolis: Museu Imperial, 2012. Disponível em: <<http://www.museuimperial.gov.br/images/flippingbook/almanaque03/Almanaque-3.pdf>>. Acesso em: 24 out 2018.

ALMANAQUE DE PETRÓPOLIS: os imigrantes e a formação de Petrópolis. n. 6 (maio 2018). Petrópolis: Museu Imperial, 2018. Disponível em: <<http://www.museuimperial.gov.br/images/almanaque-petropolis/museu-imperial-almanaque-de-petropolis-vi.pdf>>. Acesso em: 24 out 2018.

ALMANAQUE DE PETRÓPOLIS: uma jornada de descobertas pelo passado e presente da cidade imperial. Petrópolis: Museu Imperial. n. 1, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.museuimperial.gov.br/images/flippingbook/almanaque01/Almanaque-1.pdf>>. Acesso em: 24 out 2018.

ALMANAQUE DE PETRÓPOLIS: memórias da educação em Petrópolis. n. 4 (mar.2015). Petrópolis: Museu Imperial, 2015. Disponível em: <<http://www.museuimperial.gov.br/images/flippingbook/almanaque04/almanaque-4-2015.pdf>>. Acesso em: 24 out 2018.

ALMANAQUE DE PETRÓPOLIS: o palácio imperial. Petrópolis: Museu Imperial, n. 2, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.museuimperial.gov.br/images/flippingbook/almanaque02/Almanaque-2.pdf>>. Acesso em: 24 out 2018.

ALVES, Rubem. **Educação dos sentidos e mais**. Campinas, SP: Verus Editora, 2005.

_____. **A pedagogia dos caracóis**. Campinas, SP: Verus, c2010. 95 p.

BENEVIDES, Wilmhara. O encontro com o Museu Casa Guimarães Rosa. In: **Centro de Referência de Educação em Museus**. Ano 1, 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. (Série Legislação, n. 125). Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 31 out 2018.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jan. 2009. Seção 1, p. 1-4.

BRASIL. Ministério da Cultura - MINC. **Museus Castro Maya**. Disponível em: <<http://museuscastromaya.com.br/>>. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 30, de 3 de agosto de 2012**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/acessibilidade/item/3705-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-30,-de-3-de-agosto-de-2012>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saiba Mais**: Programa Mais Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=16689:saiba-mais-programa-mais-educacao>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 174 p.

CASA DA HERA. Disponível em: <<https://casadahera.wordpress.com/>>. Acesso em: 13 out 2018.

CHAGAS, I. Aprendizagem não formal/formal das ciências: Relações entre museus de ciência e escolas. **Revista de Educação**. Lisboa, v. 3, n. 1, p. 51-59, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 143 p. ISBN 9788577531639.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.

GOMES, Bruna Luísa Aragão. Museus do Governo do Distrito Federal: organizando documentos, produzindo conhecimento, aprimorando a gestão. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 23; e CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO DISTRITO FEDERAL, 14.

GONDRA, José Gonçalves. Entre frutos e arvoredos: a docência no projeto político republicano. In: **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, (2), set.1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM. **Formulário de visitação anual**: resultados FVA 2017. Brasília: Coordenação de Produção e Análise da Informação / Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal, 2017. Disponível em:

<<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/RESULTADOS-FVA-2017.pdf>>. Acesso em: 31 out 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial: Manual de aplicação: Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes, o encontro de museus e escolas no Brasil a partir da década de 50 do século XX. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p.581-597,

LOPES, Maria Margaret. A Favor da desescolarização dos Museus. **Revista Educação & Sociedade**. ano 12, v. 40, dez. 1991.

MACHADO, Ralph. **Proposta estabelece os sete anos como a idade máxima para alfabetização de alunos da rede pública**. Câmara dos Deputados. Câmara Notícias. Educação e Cultura. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/563792-PROPOSTA-ESTABELECE-OS-SETE-ANOS-COMO-A-IDADE-MAXIMA-PARA-ALFABETIZACAO-DE-ALUNOS-DA-REDE-PUBLICA.html>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

MARANDINO, Martha. Ação educativa, aprendizagem e mediação nas visitas aos museus de ciências. In: MASSARANI, Luiza. ALMEIDA, Carla. (eds.). **Workshop Sul-Americano & Escola de Mediação em Museus e Centros Ciência**. Rio de Janeiro: Museu da Vida / Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. 2008a. p. 21-27.

MARANDINO, Martha (org.). **Educação em museus: a mediação em foco**. São Paulo, SP: Geenf / FEUSP, 2008b.

_____. **Educação em Museus: a mediação em foco**. São Paulo: Geenf. 2008b. 38p.

MARTINS, Luciana Conrado e GONÇALVES Jr., Oswaldo. Redes e Ativismo em Políticas Públicas: a construção da Política Nacional de Educação Museal. In: **Revista Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/9233/5503>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MATURANA, Humberto R.; GARCIA, Francisco J Varela. **De máquinas e seres vivos: autopoiese: a organização do vivo**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 138 p. ISBN 85-7307-302-0.

MUSEU DA ABOLIÇÃO. Disponível em: <<http://museudaabolicao.museus.gov.br/>>. Acesso em: 13 out 2018.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU. **Programa de Educação Socioambiental (PESA)**. Disponível em: <<http://museudeitaipu.museus.gov.br/programa-de-educacao-socioambiental-pesa/>>. Acesso em: 13 out 2018.

MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT. Disponível em: <<http://museubenjaminconstant.blogspot.com/>>. Acesso em: 13 out 2018.

MUSEU DO DIAMANTE. Disponível em: <<http://museudodiamante.museus.gov.br/>>. Acesso em: 13 out 2018.

MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTRA. Disponível em: <<http://museucasaalcantara.blogspot.com/>>. Acesso em: 13 out 2018.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Disponível em: <<http://mhn.museus.gov.br/>>. Acesso em: 12 out 2018.

MUSEU IMPERIAL. Disponível em: <<http://www.museuimperial.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MUSEU IMPERIAL. **Sua visita ao Museu Imperial: O que fazer?**. Disponível em: <<http://www.museuimperial.gov.br/janela-do-professor/978.html>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. Disponível em: <<http://www.museudainconfidencia.gov.br/home>>. Acesso em: 12 out 2018.

MUSEU LASAR SEGALL. **Educativo**. Disponível em: <<http://www.mls.gov.br/educativo/>>. Acesso em: 12 out 2018.

MUSEU DAS MISSÕES. Disponível em: <<http://museudasmissoes.blogspot.com/>>. Acesso em: 12 out 2018.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. Disponível em: <<http://mnba.gov.br/portal/>>. Acesso em: 12 out 2018.

MUSEU NACIONAL DO CAETÉ. Disponível em: <<http://museucaete.blogspot.com/>>. Acesso em: 12 out 2018.

MUSEUS DE PARATY. **Museu de Arte Sacra**. Disponível em: <<https://museusdeparaty.wordpress.com/museu-de-arte-sacra/>>. Acesso em: 10 out 2018.

MUSEUS DE PARATY. **Forte Defensor Perpétuo**. Disponível em: <<https://museusdeparaty.wordpress.com/forte-defensor-perpetuo/>>. Acesso em: 10 out 2018.

MUSEU REGIONAL SÃO JOÃO DEL-REI. Disponível em: <<http://museuregionaldesaojoaodelrei.museus.gov.br/>>. Acesso em: 10 out 2018.

MUSEU DA REPÚBLICA. Disponível em:
<<http://museudarepublica.museus.gov.br/>>. Acesso em: 10 out 2018.

MUSEU VICTOR MEIRELLES. Disponível em:
<<http://museuvictormeirelles.museus.gov.br/>>. Acesso em: 10 out 2018.

MUSEU VILLA-LOBOS. Disponível em:
<<http://museuvillalobos.org.br/museuvil/index.htm>>. Acesso em: 10 out 2018.

PALÁCIO RIO NEGRO. Um canal de comunicação de múltipla via sobre o Palácio Rio Negro. Blog. Disponível em: <<http://palaciorionegro.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 out 2018.

SARMENTO, Eduardo; COSTA, Nicole. Museus empáticos: perspectivas e desafios a partir da experiência do paço do Frevo. **Revista da Semana do Patrimônio Cultural do Pernambuco**. Fundarpe, Recife, v. 1, n. 2, p.109-125, 2017. Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/aurora-463/>>. Acesso em: 31 out 2018.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. In: CNPQ. **O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil**. Campinas: CNPQ, 2005.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.